



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Recensões

Victor Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração – o Estado português e seus emigrantes em França (1957-1974)*, Lisboa: Temas e Debates, 2014 (464 p.). Tradução: Maria Irene Bigotte de Carvalho. ISBN: 9789896442835.

Victor Pereira, Doutor em História pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris e Professor da Universidade de Pau, tem-se dedicado à investigação acerca da emigração portuguesa e espanhola. Publicou diversos artigos sobre o assunto, como “La construction du problème de l’émigration. L’élite étatique et l’émigration portugaise vers la France (1957-1974)”, *Révue Agone – histoire, politique & sociologie*, n.º 40, 2008, p. 61-89 e “Emigração e desenvolvimento da Previdência Social em Portugal”, *Análise Social*, vol. XLIV, 2009, p. 471-510.

Finalmente, pouco antes do aniversário de 40 anos da Revolução dos Cravos, foi publicado em Portugal o livro lançado em 2012 em Paris pela editora Presses de Science Po, *La dictature de Salazar face à l’émigration: l’État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*, fruto de uma investigação de fôlego realizada em arquivos portugueses e franceses. A obra de grande relevo tanto para a historiografia portuguesa quanto francesa aborda a forma como a emigração para França foi construída enquanto problema pelo regime ditatorial português, bem como, as relações deste último com seus emigrantes residentes em França. Ao iniciar sua análise alguns anos antes de a emigração para a França ultrapassar aquela que se destinava para o Brasil e ao encerrá-la no ano em que o Estado Novo foi deposto pela Revolução de 25 de Abril, o autor abarca todo o período em que o assunto esteve na ordem do dia. A abrangência cronológica permitiu-lhe, ainda, acompanhar as mudanças trazidas na matéria pela ascensão de Marcelo Caetano à Presidência do Conselho de Ministros.

Dividido em quatro partes, o livro trata das principais questões que envolvem a relação do Estado Novo com a emigração para França. A primeira parte

(“O Estado português face à emigração para a França”) dá conta da forma como a emigração era compreendida, por um lado, pelas elites conservadoras ligadas ao projeto salazarista do Portugal rural e, por outro, pela ala modernizadora que disfrutava de cada vez mais espaço no seio do regime a partir dos anos 1950. A segunda (“Quem governa a política pública de emigração?”) mostra quem eram os responsáveis pela elaboração e execução das políticas emigratórias, bem como o papel da elite conservadora e de suas ideias nestas mesmas políticas.

Na terceira parte (“A impossível regulação da emigração para a França”), o autor aborda o enquadramento legislativo e regulamentar do movimento migratório português para a França, numa análise conjunta das legislações portuguesa e francesa que se revela fundamental para se compreender o caráter fortemente clandestino deste fluxo migratório em particular. Por fim, a quarta parte (“O Estado Português em França”) busca captar as formas pelas quais o Estado Novo fazia-se presente no território francês, numa tentativa de, por um lado, manter os vínculos dos emigrantes com o país natal; e, por outro, amedrontá-los e controlá-los.

Ao utilizar documentos produzidos pela administração do regime e ao entrevistar pessoas que se destacaram na elaboração ou execução da política emigratória do Estado Novo, Victor Pereira recuperou a importância do estudo do papel do Estado do país de origem dos migrantes. O autor deslocou assim, a atenção preponderante que se tem dado às políticas de imigração para a política de emigração, considerada muitas vezes como menos relevante. Consagrado – pela maior parte dos Estados – o direito dos indivíduos a deixarem os seus países, o papel do Estado emissor de migrantes deixou de preocupar os cientistas sociais, que se têm dedicado a analisar os desafios trazidos pela imigração aos Estados de acolhimento, à suposta homogeneidade cultural de cada nação e ao regime democrático (pelo qual, supostamente, todos aqueles atingidos por uma certa política deveriam poder contribuir para a elaboração das mesmas, o que não acontece no caso dos imigrantes, muitas vezes excluídos dos processos de decisão).

A crescente preocupação com as políticas de imigração fez com que trabalhos pioneiros como o da historiadora Miriam Halpern Pereira sobre a política emigratória portuguesa – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1981 – não tivessem continuidade e com que as instituições públicas dos países de partida dos emigrantes transformassem-se num ator secundário. A obra em apreço demonstra a importância de se ultrapassarem as fronteiras nacionais e de se desenvolverem pesquisas que levem em consideração as condições dos países de origem, as situações dos Estados de destino e as relações entre ambos.

A contribuição dada por Victor Pereira não se restringe, contudo, aos limites dos estudos migratórios. Para desenvolver um trabalho acerca da relação das instituições públicas portuguesas com seus emigrantes em França no período de maior emigração para aquele país, o autor teve que se debruçar sobre as características do Estado Novo nas fases salazarista e marcelista. Partindo da análise de uma política pública específica, o livro contribuiu para aprofundar os conhecimentos acerca da estrutura e do funcionamento do regime, das suas contradições internas e das respectivas bases de apoio. Mas o autor foi além e buscou apreender as estratégias utilizadas pelos indivíduos para lidar com a ditadura e com as políticas impostas por esta.

Para o historiador, a única forma de se conhecer a realidade do regime e da política emigratória por esse elaborada (realidade com a qual os indivíduos que visavam deixar o país negociavam e a partir da qual elaboravam suas estratégias) seria por meio da consulta dos arquivos produzidos pela administração portuguesa, ou seja, pelos órgãos e ministérios relacionados com a matéria. Apenas nestes espaços seria possível fugir aos discursos – e, portanto, àquilo que o Estado Novo queria parecer – e adentrar na realidade. Nas palavras do autor, esta “necessidade de recorrer aos arquivos provem do facto de o regime salazarista se ter excedido na dissimulação de seus atos por detrás dos discursos, na promulgação de leis frequentemente contraditórias e não aplicadas, de modo a contentar as diferentes frações de seus apoiantes e a manter um equilíbrio entre interesses antagônicos” (p. 22).

O foco prioritário na documentação de instituições públicas levou Victor Pereira a concluir pela existência de uma ditadura da administração e a questionar o poder quase onipresente atribuído a António de Oliveira Salazar pela historiografia do Estado Novo. Esta veria, ainda, nos poderes periféricos meros executores das políticas elaboradas pelo Presidente do Conselho. Tal abordagem, aos olhos do autor, resultaria numa reprodução da memória e da imagem de Oliveira Salazar que o regime buscou construir: a de um dirigente dedicado, que conhecia e procurava solucionar todos os problemas do país, trabalhando dia e noite, dando ordens cuja execução fazia valer a vontade e o pensamento do Chefe da ditadura.

Para o autor, contudo, o poder de António de Oliveira Salazar não era nem onipresente, nem onipotente, especialmente depois do aumento da burocracia do Estado no pós-Segunda Guerra Mundial. Seria impossível para o ditador controlar todas as esferas de intervenção do regime. Deste modo, Oliveira Salazar se concentrava em alguns aspetos mais sensíveis como a questão colonial e a política externa, deixando os assuntos de administração interna aos cuidados de homens que permaneciam por longos períodos de tempo nos

mesmos cargos e detinham, portanto, conhecimento sobre as matérias com as quais lidavam.

A ditadura da administração dava, assim, um poder discricionário a instituições como a Junta da Emigração (JE), criada pelo Decreto-Lei n.º 36:558, de 28 de Outubro de 1947, e às administrações locais como os Governos Cívicos ou as Câmaras Municipais. Estes não agiam de acordo com a legislação em vigor (que, de resto, não era produzida com vistas a ser cumprida), mas em função dos interesses e mundividências daqueles que ocupavam os cargos. Seria, entre outros, o caso do Coronel António Manuel Baptista, escolhido pelo Ministro do Interior e por António de Oliveira Salazar para assumir a presidência da JE.

Pertencente à burguesia rural, António Baptista teria uma compreensão neo-mercantilista e conservadora da emigração, vendo nela um mal responsável pela diminuição da mão-de-obra disponível nos campos, e, consequentemente, por aumentar os salários agrícolas. Esta mesma forma de enxergar o fenómeno seria partilhada por todas as elites do mundo rural, que pressionavam as autoridades locais, os Governadores Cívicos, a JE, o Ministro do Interior e até Oliveira Salazar para que os trabalhadores fossem impedidos de deixar o país. Sendo aquela classe uma das bases de sustentação do regime, seus interesses deveriam ser assegurados (ou, pelo menos, aparentar serem).

Daí as medidas tomadas arbitrariamente pelo Coronel António Baptista para dificultar a emigração para a França e a imprecisão de alguns dos condicionamentos impostos para autorizar a saída de trabalhadores, como a moral do candidato a partir e a situação política do país de destino. Evidentemente, esta imprecisão assegurava uma grande liberdade de ação tanto às Câmaras Municipais quanto ao próprio Presidente da JE, que podiam facilitar a emigração de certos indivíduos e dificultar o abandono do país por parte de outros. De todo modo, de acordo com o autor, António Baptista – que não recebeu, até onde se sabe, qualquer recomendação direta de Salazar – visava dificultar a emigração legal para França mesmo sabendo que, desta forma, contribuía para o aumento da emigração clandestina. Seria justamente esta ambiguidade a marca da política emigratória do Estado Novo.

Longe de ser um atestado da ineficiência do regime em controlar a emigração, a clandestinidade seria, assim, parte integrante da respetiva política emigratória. Proibir ou dificultar as partidas legais e fechar os olhos para as partidas que se faziam à margem do Estado era uma forma de, a um só tempo, contentar a burguesia agrária, reduzir a tensão social no campo e fragilizar os emigrantes. O sucesso desta política de incentivo indireto da clandestinidade dependia, ainda, das medidas tomadas pelos países de destino. Contra-

riamente à Alemanha, que tomava medidas eficazes para impedir a entrada de imigrantes ilegais, a França facilitava a regularização *a posteriori* de indivíduos entrados ilegalmente no Hexágono.

Para além da permissividade com que Lisboa e Paris tratavam o fenómeno da emigração clandestina, outros fatores teriam ainda contribuído para o caráter paralelo (ou ilegal) deste fluxo emigratório. A consideração das estratégias autónomas dos guardas fronteiriços – integrados na Guarda Fiscal (GF) e na Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) – e a procura da racionalidade dos emigrantes que optavam por partir clandestinamente, conferem grande originalidade à obra.

Com relação aos primeiros, o autor busca compreender as simbioses existentes entre os passadores e os guardas responsáveis pela vigilância das fronteiras, bem como os seus interesses e mundividências. Para além da relação de dependência que unia os guardas aos passadores, estes últimos beneficiavam-se das informações privilegiadas que forneciam à polícia fronteiriça e à polícia política acerca do paradeiro de opositores do regime.

Mas o autor vai ainda além da compreensão das vantagens e benefícios que tiravam os agentes da PIDE e da GF do movimento clandestino. Demonstra a distância existente entre os objetivos do regime na gestão dos fluxos emigratórios e a lógica de atuação dos indivíduos. Os guardas sabiam que, para muitas daquelas pessoas, a emigração era a única alternativa e tinham, eles próprios, amigos e familiares que haviam atravessado os Pireneus *a salto*. Com uma análise de cariz antropológico, Victor Pereira recupera a relevância de se apreenderem as redes de sociabilidade que viabilizam as estratégias emigratórias individuais. Redes, estas, muitas vezes relegadas para segundo plano ou esquecidas pelos estudiosos das migrações, que vêm o fenómeno apenas através do prisma da atração e repulsão dos fluxos de migrantes.

Para os emigrantes, por sua vez, emigrar clandestinamente era uma forma de fugir à burocracia imposta por um Estado no qual não confiavam. O passador, longe de ser um malfeitor que iludia e roubava os emigrantes, era alguém que cobrava um preço justo pelo trabalho que realizava, para além de ser, muitas vezes, a única esperança de um futuro melhor. Victor Pereira recupera então a racionalidade que o regime negava àqueles que elaboravam uma estratégia com base nas possibilidades que viam ao seu alcance. Estas estratégias individuais, que se desenvolviam à margem do Estado, teriam contribuído, de acordo com o historiador, para modificar tanto as zonas de origem dos emigrantes, quanto o próprio regime.

Os números que atingiram as partidas clandestinas obrigaram a elite política a perceber que as pessoas deixavam o país não apenas em busca de melho-

res salários, mas também das garantias fornecidas pelo Estado Social francês. Aqueles que ficavam acabavam por ter conhecimento, quer do aumento do poder de compra dos que se aventuravam em França, quer dos direitos e da segurança de que gozavam os trabalhadores franceses. Deste modo, foi fundamental para o estancar da emigração a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais, concretizada por Marcelo Caetano. Para além do mais, o contato dos emigrantes com um regime democrático teria contribuído para assegurar a reprodução da democracia em Portugal nos anos que se seguiram à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Aos olhos do autor, esta é, em suma, a realidade da política emigratória do Estado Novo. Tendo consciência das vantagens da emigração mas visando, também, contentar as elites rurais, a JE imprimiu uma lógica neo-mercantilista e conservadora às políticas desenvolvidas. As dificuldades impostas à emigração legal, para além de agradarem a parcelas relevantes da base social de apoio da ditadura, forçavam os trabalhadores a deixarem o país de maneira clandestina, o que, de outra parte, contribuía para os fragilizar enquanto imigrantes nos países de destino. Seriam estes os verdadeiros interesses com os quais os emigrantes teriam que lidar, e seria a partir deles que, de forma racional, elaboravam suas estratégias migratórias.

Relativamente a esta obra de grande relevo, explicitaria dois comentários. O primeiro deles relaciona-se com a dicotomia estabelecida pelo historiador entre discurso e realidade. Para Victor Pereira, os discursos mostrariam apenas aquilo que o regime queria parecer, tornar visível. No entanto, não seriam as contradições entre o «ser» e o «parecer ser» uma realidade do regime, tão merecedora da atenção de estudiosos quanto o «ser»? Dito de outra forma, as adaptações discursivas feitas pelo Estado Novo, especialmente no período do pós-Segunda Guerra Mundial, com vistas a assegurar a legitimidade da ditadura numa conjuntura internacional menos favorável a regimes políticos não democráticos, são de grande importância para se perceber a “arte de saber durar” (Fernando Rosas, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012) do salazarismo. Rejeitar as contradições do Estado Novo e os «malabarismos discursivos» feitos pela elite política do regime é negar um aspeto importante da realidade deste.

Mas qual seria a realidade encoberta pelos discursos? O autor, ao ir em busca da realidade da política emigratória, procura os interesses que informam esta mesma política. As dificuldades criadas à emigração legal, como já foi dito, teriam por fim assegurar os interesses económicos de um dos grupos sociais que sustentavam o regime. A emigração não interessava às elites rurais pois roubava mão-de-obra do campo e obrigava os proprietários de terras a

pagarem mais para aqueles que ficavam. Ou seja, os interesses económicos de uma classe informariam, sem qualquer mediação, uma política pública (feita para não ser seguida). Persiste na obra, portanto, uma associação entre realidade e interesse, devendo este último ser apreendido algures para além do discurso. O autor se aproxima, então, daqueles para os quais, como coloca António Manuel Hespanha (“Categorias: uma reflexão sobre a arte de classificar”, *Análise Social*, n.º 168, p. 823-840): “a história se faz de atos humanos e não de palavras” (p. 825). Assim, muito embora os homens pensem e falem, o que importa é a avaliação que fazem da realidade em função de interesses, os quais informam, portanto, a sua forma de ação no mundo.

A premissa de que nos arquivos administrativos se podem encontrar os interesses que informavam a política emigratória do Estado Novo, ou a realidade crua da forma como o regime compreendia a emigração, esquece que os enunciados dos documentos produzidos pelas instituições do regime eram submetidos a determinadas ordens discursivas. Estas enquadravam os enunciados possíveis do Ministro do Interior, do Presidente da JE, do Governador Civil, do técnico do Ministério das Corporações e Previdência Social. As responsabilidades que recaíam sobre quem ocupava cada um destes cargos, os valores de cada instituição, as relações hierárquicas estabelecidas entre destinatários e remetentes de certas correspondências determinavam um certo horizonte de possibilidades para os sujeitos, que não podiam, simplesmente, agir de acordo com este ou aquele interesse.

Dito de outra forma, se as elites rurais tinham poder para influenciar a elaboração e a execução da política emigratória para melhor adaptá-la aos seus interesses, há que relativizar a permeabilidade do campo político-jurídico aos interesses económicos e reconhecer a existência de lógicas distintas em cada um destes campos (António Manuel Hespanha, *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978). Para além dos interesses dos médios e grandes proprietários agrícolas, os responsáveis pela elaboração e gestão de políticas públicas sofriam ainda outras pressões, tais como aquelas de âmbito internacional, que cresciam à medida que o reconhecimento da emigração como um direito inalienável do ser humano atingia até mesmo países como a Espanha franquista.

Neste contexto, a despeito do carácter autoritário do regime, as ações tinham que ser, de alguma forma, legitimadas. Daí a importância de se olhar para os discursos (compreendidos de forma ampla, não restrita à exposição de ideias a um público vasto) enquanto *locus* de legitimação de ações. Este processo legitimador vai além da mera aparência, do mero mascarar da realidade, passando, mesmo, pela construção de uma realidade capaz de justificar os atos do

regime. Há, portanto, que ultrapassar a dicotomia entre discurso e realidade e compreender as complexas formas de interação entre ambos.

O segundo comentário prende-se com as possibilidades de investigação abertas pela obra. Tendo superado uma polarização que via na emigração clandestina o resultado, fosse da proibição da mobilidade por parte do Estado, fosse do incentivo da mesma com vistas a enfraquecer a luta de classes, o autor abandona o olhar centrado nas vontades do regime e procura as estratégias dos emigrantes, devolvendo a estes a racionalidade e a capacidade de atuação autónoma que lhes fora roubada. O clandestino, longe de ser um objeto arrastado pelas circunstâncias e pelos desejos maquiavélicos dos poderosos, aparece aqui como sujeito capaz de escolher seu destino e de construir soluções alternativas.

Mais do que isso: o trabalho reconheceu a importância do alargamento dos horizontes destes indivíduos para a consolidação das transformações introduzidas pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Falta agora dar voz a estes sujeitos e suas estratégias, centrar-se na subjetividade dos emigrantes que devem relatar em primeira pessoa as próprias experiências vividas na sua interação com os agentes estatais responsáveis pela emigração, com os passadores, com outros portugueses residentes em França. Falta, em suma, resgatar a memória de mobilidade destas pessoas para que se possa, então, construir uma história das estratégias migratórias que não tenha mais os emigrantes como objetos mas sim como sujeitos.

É esta, sem dúvida, a principal novidade do livro de Victor Pereira. O historiador instiga novas investigações, contribuindo, portanto, para o avanço do conhecimento histórico sobre um tema ainda tão presente na sociedade portuguesa. Para além disso, preenche uma lacuna historiográfica e recupera a importância dos aspetos político-administrativos. Mostra, finalmente, que estes aspetos estão presentes não apenas aquando da elaboração de uma estratégia migratória ainda no país de origem, mas também, no momento da entrada do migrante no país de destino.

Ao buscar a realidade da política emigratória do Estado Novo longe dos discursos e das aparências, incita os historiadores a olharem mais de perto para as complexas relações existentes entre discursos e realidades nas migrações durante um regime autoritário para o qual o que parece é. É com esta realidade – existente para lá dos discursos ou discursivamente construída? – que os emigrantes dialogam e é a ela que respondem atravessando os Pirenéus com uma mala de cartão em busca de um futuro melhor. Resta agora registar em primeira pessoa a história da emigração portuguesa para a França e inver-

ter a análise, fazendo uma história das políticas emigratórias do Estado Novo a partir das estratégias daqueles que emigraram.

Marina Simões Galvanese

Emília Nóvoa Faria e António Martins, *A Paixão das Origens. Fotobiografia de Alberto Sampaio*. Prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins, Guimarães, Guimarães 2012. Capital Europeia da Cultura, 2012, 417 páginas, ilustrado.

Alberto da Cunha **Sampaio** (1841-1908) nasceu em Guimarães, no dia 15 de Novembro de 1841 e faleceu na sua casa de Boamense (freguesia de S. Cristóvão de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão), em 1 de Dezembro de 1908, com 67 anos de idade. Tratou-se de uma eminente figura da famosa Geração de 70, condiscípulo e amigo de outras notáveis personalidades da segunda metade de Oitocentos e dos inícios de Novecentos, com destaque para Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queirós, entre várias outras.

Foi um homem de cultura, um intelectual de elevada craveira, um observador atento e crítico da realidade da sua região e do país, bem como um “verdadeiro historiador de raça”. Com efeito, o seu amigo Luís de Magalhães, ao constatar que estávamos perante um autor quase desconhecido do grande público (isto em 1923), acrescentava: «mal suppondo que teem diante de si a obra d’um dos mais auctorizados, laboriosos e meticulosos pesquisadores das nossas origens, d’um verdadeiro historiador de raça, que concentrou o seu trabalho n’um dominio proprio e, n’elle, concorreu para iluminar, d’uma forma verdadeiramente reveladora, períodos históricos até então envoltos em penumbras vagas, quando não em densa obscuridade»¹.

No domínio da historiografia o seu contributo foi notável, como tem sido frequentemente sublinhado. De facto, Alberto Sampaio desempenhou um papel fundamental no estudo das nossas origens, acrescentando treze séculos à História de Herculano, foi o fundador da história económica de Portugal, intuiu e antecipou-se a Max Weber, acerca da sua conhecida tese sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo², valorizou e completou os seus estu-

¹ Luiz de Magalhães, «Alberto Sampaio e a sua obra», Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, Porto, Livraria Chardron, 1923, p. V.

² José Amado Mendes, «Alberto Sampaio e a História Económica», *Actas do Congresso Histórico. 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, Câmara Municipal de Gui-